

À  
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA – FAETEC/RJ

A/C: ILMO SR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA 002/2022  
PROCESSO: SEI-260005/005167/2021

**LABEL CONSTRUTORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o n.º: 14.253.226/0001-09, sediada à EST BARRA DO PIRAI-CONSERVATÓRIA, 10187 – IPIABAS, BARRA DO PIRAI/RJ, participante da referida licitação, vem perante a douta comissão, por meio de seu representante infra-assinado, o Sr. GABRIEL DE ALMEIDA COUTO, identidade n.º: 246948632, expedido por DIC/RJ, CPF 131.035.567-30, apresentar

### RECURSO

Face sua inabilitação no bojo da CONCORRÊNCIA PÚBLICA 002/2022, o que faz pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor:

#### Dos Fatos:

A empresa recorrente foi considerada inabilitada com a justificativa de: não apresentar o atestado técnico operacional, conforme exigido no item 6.2 do Termo de Referência.

#### 6.2. Para Capacitação Técnico-Operacional:

- 6.2.1 Para fins de comprovação ao que se pede acima a empresa deverá ser apresentado atestado firmado por órgão público ou por empresa privada, comprovando haver a empresa licitante executado serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao desta licitação, em conformidade o disposto no art. 30, inciso II, §§ 2º e § 3º da Lei Federal nº 8.666/93, que poderão constar de atestados diversos, desde que cada item esteja integralmente comprovado em um deles.

A exigência que se questiona é referente ao atestado EM NOME DA LICITANTE, emitido por órgão ou entidade da administração pública ou ainda empresa privada, visto que foi apresentado CAT/Atestado técnico-profissional referente ao seu quadro técnico, na figura de sócio da empresa, contendo execução de serviços/obras conforme parcela de maior relevância exigido no item 6 do Termo de Referência. Tal exigência impede a ampla concorrência e restringe a participação de empresas, ainda mais quando se analisa que a parcela de maior relevância cobrada no item 6 do Termo de Referência se refere a colocação de uma simples janela de alumínio, que não apresenta qualquer relevância ou complexidade técnica, não havendo necessidade de nenhum profissional



ou equipamento especial para sua execução, que não estivesse presente em grande parte das obras de engenharia, conforme listado a seguir:

6.1.2. Deverá ser apresentado atestado de capacidade técnica comprovando a execução dos serviços abaixo, acompanhado de Certidão de acervo técnico (CAT) expedido pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo):

CÓDIGO EMOP DESONERADO	DESCRIÇÃO	UN
14.003.0028-A	JANELA DE ALUMÍNIO ANODIZADO AO NATURAL DE CORRER, COM DUAS FOLHAS FIXAS E DUAS FOLHAS DE CORRER, EM PERFIS SÉRIE 28. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	M2

Além disso, tal exigência fere os preceitos legais como se demonstrará:

### Dos Fundamentos:

De acordo com a Resolução n.º 1.025/2009 do CONFEA, o seu artigo 48 define que a capacidade técnico-operacional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico.

Ainda sobre o a exigência, esclarecemos que desde o ano de 2009, o CREA não registra atestado em nome de pessoa jurídica, por vedação imposta pelo artigo 55 da Resolução n.º 1.025/2009 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA: **Art. 55. É vedada a emissão de CAT em nome da pessoa jurídica.**

Ressaltamos que o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) é uma autarquia pública, responsável pela regulamentação das atividades profissionais relacionadas ao serviço contratado. Sendo assim, em respeito ao princípio da legalidade e obediência às normas legais e principalmente à transparência pública e ampliação da disputa entre os licitantes, solicitamos que seja observado os artigos 48 e 55 da Resolução n.º 1.025/2009.

Convém destacar que existem diversas decisões já proferidas quanto ao tema, conforme passaremos a expor:

*Este tema tem sido amplamente discutido, sendo que o Tribunal de Contas da União espousa o mesmo entendimento, conforme se depreende da leitura do Acórdão nº 128/2012 - 2ª Câmara - TCU, em cujo parte dispositivo foi recomendado à UFRJ, in verbis:*

*"Recomendar à UFRJ que exclua dos editais para contratação de empresa para a execução de obra de engenharia a exigência de registro no CREA dos atestados para comprovação da capacitação técnica operacional das licitantes, tendo em conta a recomendação inserta no subitem 1.3 do Capítulo IV combinado com o subitem 1.5.2 do Capítulo 111 do Manual de Procedimentos Operacionais para aplicação da Resolução CONFEA nº1.025/2009, aprovado pela Decisão Normativa CONFEA nº 085/2011." (Destacamos.)*



No caso de serviços de engenharia, o edital deve apenas exigir o atestado de capacidade técnica em nome dos responsáveis técnicos da licitante (capacidade técnico profissional), uma vez que o CONFEA por intermédio da Resolução 317/86, dispõe:

**Art. 1º - Considera-se Acervo Técnico do profissional** toda a experiência por ele adquirida ao longo de sua vida profissional, compatível com as suas atribuições, desde que anotada a respectiva responsabilidade técnica nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

**Art. 4º - O Acervo Técnico de uma pessoa jurídica** é representado pelos Acervos Técnicos dos profissionais do seu quadro técnico e de seus consultores técnicos devidamente contratados.

**Parágrafo único - O Acervo Técnico de uma pessoa jurídica** variará em função de alteração do Acervo Técnico do seu quadro de profissionais e consultores.

Na verdade, todo o registro dos atestados, quando da realização de uma obra ou serviços, é feito em nome do profissional e não da empresa, tendo em vista a legislação do CONFEA acima apontada. A capacidade técnico-operacional da empresa é composta do quadro de profissionais que carregam consigo a experiência profissional adquirida com os trabalhos desenvolvidos.

Cabe ainda ressaltar que a **Lei 8.666/93 que rege as licitações e posteriores alterações de seus dispositivos através da Lei 8.883/94 veda a exigência de atestado de capacidade operacional, cabendo somente a comprovação da capacidade técnico-profissional dos profissionais que compõe o quadro técnico da pessoa jurídica.**

Apesar do exposto acima, ainda que haja jurisprudência quanto à possibilidade de exigência de atestado de capacidade operacional, objetivando resguardar o interesse público envolvido, esta se restringe à objetos de grande complexidade e vulto financeiro:

"Quando, em procedimento licitatório, exige-se comprovação, em nome da empresa, não está sendo violado o art. 30, §1º, II, caput, da Lei nº 8.666/93. É de vital importância, no trato da coisa pública, a permanente perseguição ao binômio qualidade e eficiência, objetivando não só a garantir a segurança jurídica do contrato, mas também a consideração de certos fatores que integram a finalidade das licitações, máxime em se tratando daquelas de grande complexidade e de vulto financeiro tamanho que imponha ao administrador a elaboração de dispositivos, sempre em atenção à pedra de toque do ato administrativo - a lei - mas com dispositivos que busquem resguardar a Administração de aventureiros ou de licitantes de competência estrutural, administrativa e organizacional duvidosa. (Grifei) (Resp. nº 44.750-SP, rel. Ministro Francisco Falcão, 1ª T., unânime, DJ de 25.9.00)

Tal entendimento, quanto a regularidade da cobrança de atestado de capacidade operacional não se aplicaria ao presente processo licitatório, pois, como já exposto neste documento, a parcela de maior relevância trata de objeto de baixa complexidade e execução trivial. Ressaltando ainda, que a linha 28 da janela de alumínio, cobrada no item da parcela de maior relevância, exibido acima, não está mais de acordo com as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) através da NBR 10.821.

*fl*



A Lei 8.666/93 trata do tema da seguinte forma:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: (...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

(...)

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

(...)

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

A Administração Pública deve considerar como **"parcela de maior relevância"** o conjunto de características e elementos que individualizam e diferenciam o objeto, evidenciando seus pontos mais críticos, de maior dificuldade técnica, bem como que representam risco mais elevado para a sua perfeita execução. Trata-se aqui da essência do objeto licitado, aquilo que é realmente caracterizador da obra ou do serviço, que é de suma importância para o resultado almejado pela contratação.

Em suma, restarão caracterizados como sendo **parcelas de maior relevância** os serviços identificados como sendo de maior complexidade técnica e vulto econômico, cuja inexecução importe em risco mais elevado para a Administração. Porém, não foi isso que ocorreu no caso em tela!

É sabido que a Lei de Licitações disciplina de modo minucioso a matéria da qualificação técnica, sendo que um dos caracteres mais marcantes do referido diploma é a redução da margem de liberdade da Administração Pública nesse campo e a limitação do âmbito das exigências, em observância ao princípio da isonomia e da ampla concorrência do processo licitatório.

Logo, nas parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, é dever da Administração apresentar a motivação do porquê das escolhas que toma, uma vez que a opção de determinados itens, como de maior relevância, em tópicos muito especializados, pode acarretar na redução do universo da disputa.

Assim, a Administração não tem liberdade para exigir qualificação quando a atividade a ser executada não apresentar complexidade nem evolver graus mais elevados de aperfeiçoamento.



A exigência de capacidade técnica deve ser fundamentada pela entidade promotora da licitação, demonstrando sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado, de modo a afastar eventual possibilidade de restrição ao caráter competitivo do certame. **(TCU - Acórdão 1617/2007 Primeira Câmara - Sumário)**

Seguindo a mesma linha, o TCU assim já decidiu:

A exigência de atestado de capacitação técnico-profissional ou técnico-operacional deve limitar-se às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto licitado. **Acórdão 1771/2007 Plenário (Sumário)**

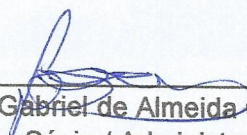
Exigir-se comprovação de capacidade técnica para parcelas de obra que não se afiguram como sendo de relevância técnica e financeira, além de restringir a competitividade do certame, constitui-se clara afronta ao estabelecido pelo art. 30 da Lei no 8.666/1993, e vai de encontro ao disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. **Acórdão 170/2007 Plenário (Sumário)**

### **Dos Pedidos:**

Assim, por tudo acima demonstrado, pugnamos pela RECONSIDERAÇÃO da decisão, com vistas a HABILITAÇÃO da postulante, face os fatos e fundamentos apresentados.

Nesses termos,  
Pede deferimento.

Rio de Janeiro 03 de maio de 2022.

  
\_\_\_\_\_  
Gabriel de Almeida Couto  
Sócio / Administrador

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.0905460-1

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Microempresa

Nome

LABEL CONSTRUTORA LTDA

Código Ato


Eventos

002

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
022	1	Alteração / Alteração de Dados e de Nome Empresarial
XXX	XX	XX
XXX	XX	XX
XXX	XX	XX
XXX	XX	XX

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR LAURA OFÉLIA REGA ABITAN SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Município	Estado
00004740821	14.253.226/0001-09	Estrada BARRA DO PIRAI - CONSERVATORIA 10187	IPIABAS	Barra do Piraí	RJ
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX



Jorge Paulo Magdaleno Filho

SECRETÁRIO GERAL

Observação:

Nº do Protocolo

03-2022/085634-6

JUCERJA

Útimo arquivamento:  
00002675248 - 23/09/2014

NIRE: 33.2.0905460-1  
LABEL CONSTRUTORA LTDA

Boleto(s):

Hash: 5E550B0C-6031-480C-A0A9-B480463054D2

Orgão	Calculado	Pago
Junta	413,00	413,00
DNRC	0,00	0,00

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Deferido em 25/01/2022 e arquivado em 26/01/2022

Nº de Páginas

Capa Nº Páginas

8

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: LABEL CONSTRUTORA E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME

Nome Novo: LABEL CONSTRUTORA LTDA

NIRE: 332.0905460-1 Protocolo: 03-2022/085634-6 Data do protocolo: 18/01/2022

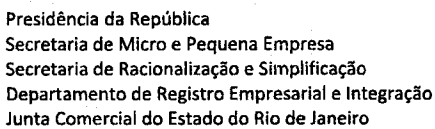
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/01/2022 SOB O NÚMERO 00004740821 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 13672E20C010DAED7F010EEF9A302A750D1ACBB05202B081E5B9B878ED5977B0

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.







## Sicomércio Barra do Piraí

**33.2.0905460-1**

**Sociedade empresária limitada**

**Microempresa**

**Data de criação do protocolo na web:** 18/01/2022  
16:33:55

**03-2022/085634-6**

## REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**LABEL CONSTRUTORA E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA**  
**ME**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]


Barna do Pirai  
Local

## Local

98-01-2022

## Data

**Requerente**

Nome:	Valério Gomes de Araújo
Assinatura:	
Telefone de contato:	(24) 2443 4243
E-mail:	sgpcontabilidade@hotmail.com
Tipo de documento:	Híbrido
Data de criação:	18/01/2022
Data da 1ª entrada:	



03-2022/085634-6

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: LABEL CONSTRUTORA E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME

Nome Novo: LABEL CONSTRUTORA LTDA

NIRE: 332.0905460-1 Protocolo: 03-2022/085634-6 Data do protocolo: 18/01/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/01/2022 SOB O NÚMERO 00004740821 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 13672E20C010DAED7F010EEF9A302A750D1ACBB05202B081E5B9B878ED5977B0

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 2/8

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE  
LABEL CONSTRUTORA E COMÉRCIO LTDA ME**

**FERNANDO RIENTE ABRANTES**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 16/08/1983, filho de Carlos Henrique Fadul Abrantes e Maria Tereza Riente Abrantes, portador da Carteira de Identidade nº 12.741.365-6, expedida pelo Detran-RJ, CPF nº 054.508.197-14, residente e domiciliado à Rua Maria Amália, nº 237, apto 303, Tijuca, Rio de Janeiro, CEP 20510-130, e

**EDUARDO SARQUIS AIEX**, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 21/07/1957, filho de Judeth Elias AieX e Odette Sarquis AieX, portador da carteira de identidade nº 03794561-5 expedida pelo IFP, CPF nº 448.889.297-34, residente e domiciliado à Av. Prefeito Artur Costa ,nº 1386, Muqueca, Barra do Pirai, RJ.

Sócios da Sociedade **LABEL CONSTRUTORA E COMÉRCIO LTDA ME**, estabelecida a Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1310, Muqueca, Barra do Pirai-RJ CEP: 27140-054. CNPJ sob o nº 14.253.226/0001-09, inscrita na JUCERJA sob o nº 33209054601, em 23/08/2011, e posteriores alterações, sem existência de filiais, resolvem alterar o Contrato Social e o fazem da seguinte forma:

I - O objetivo da Sociedade passa a ser o ramo da construção de edifícios, preparação de massa de concreto e argamassa para construção, construção de rodovias e ferrovias, pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos, construção de obras de arte especiais, obras de urbanização – ruas, praças e calçadas, construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, construção de instalações esportivas e recreativas, outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente, demolição de edifícios e outras estruturas, preparação de canteiro e limpeza de terreno, perfurações e sondagens, obras de terraplanagem, serviços de preparação de terreno não especificados anteriormente, instalação e manutenção elétrica, instalações hidráulicas, sanitárias e de gás, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias, impermeabilização em obras de engenharia civil, serviços de pintura de edifício em geral, aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores, obras de fundações, administração de obras, serviços de arquitetura, serviços de engenharia, serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia e atividades paisagísticas.

II - Nesta data, são admitidos na Sociedade **GABRIEL DE ALMEIDA COUTO**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 246948632, expedida pelo DICRJ, inscrito no CPF sob o nº 131.035.567-30, residente e domiciliado a Rua Mário da C e Souza, nº 205, Bloco 02, apto 2007, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22790-735 e, **CARLOS HENRIQUE FADUL ABRANTES**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 73-1-00869-4, expedida pelo CREA/RJ,

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: LABEL CONSTRUTORA E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME

Nome Novo: LABEL CONSTRUTORA LTDA

NIRE: 332.0905460-1 Protocolo: 03-2022/085634-6 Data do protocolo: 18/01/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/01/2022 SOB O NÚMERO 00004740821 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 13672E20C010DAED7F010EEF9A302A750D1ACBB05202B081E5B9B878ED5977B0

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





inscrito no CPF sob o nº 100.438.967-15, residente e domiciliado à Rua Maria Amália, nº 237, apto 303, Tijuca, Rio de Janeiro, CEP 20510-130.

III - A sede da Sociedade será transferida para Estrada RJ 137, nº 10.187, Ipiabas, Barra do Pirai, RJ, CEP 27170-000

IV - O sócio **EDUARDO SARQUIS AIEX**, neste ato vende, as 102.500(cento e duas mil e quinhentas) quotas das que tem subscritas e integralizadas na aludida firma ao sócio **GABRIEL DE ALMEIDA COUTO**, pelo valor total de R\$102.500,00 (cento e dois mil e quinhentos reais), motivo pelo qual dá plena, rasa e geral quitação a este instrumento, retirando-se nesta data da Sociedade.

V - O sócio **FERNANDO RIENTE ABRANTES**, neste ato vende, as 100.450(cem mil e quatrocentos e cinquenta) quotas das que tem subscritas e integralizadas na aludida firma, sendo 98.400 (noventa e oito mil e quatrocentas) quotas ao sócio **GABRIEL DE ALMEIDA COUTO**, pelo valor total de R\$ 98.400,00(noventa e oito mil e quatrocentos reais) e 2.050 (duas mil e cinquenta) quotas ao sócio **CARLOS HENRIQUE FADUL ABRANTES**, pelo valor de R\$ 2.050,00 (dois mil, cinquenta reais).

VI - Nesta data o Capital Social da Sociedade é elevado para R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) sendo que o aumento de R\$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais) é proveniente a Lucros Acumulados.

VII – A razão social da Sociedade passa a ser **LABEL CONSTRUTORA LTDA**.

VIII - Em virtude das alterações e o consenso dos sócios, será dada nova redação a todas as cláusulas do Contrato Social:

## CONTRATO SOCIAL

### CLÁUSULA I – DENOMINAÇÃO E SEDE

A Sociedade gira sob a denominação social de **LABEL CONSTRUTORA LTDA**, com sede à Estrada RJ 137, nº 10.187, Ipiabas, Barra do Pirai, RJ, CEP 27170-000, sem existência de filial.

#### Parágrafo Primeiro:

Por este ato determina-se a subordinação desta sociedade ao regime da “sociedade limitada”, instituído pela Lei 10.406/2002. Determina-se, igualmente, que a presente sociedade do gênero empresária é da espécie sociedade de capital, motivo pelo qual registram esta declaração pública para conhecimento de instituições privadas e governamentais.

#### Parágrafo Segundo:

Por este ato determina-se, somente quando se fizer necessário, a regência supletiva desta sociedade pelo regramento pertinente à sociedade anônima, conforme permite o parágrafo único do artigo 1.053



**CLÁUSULA II- PRAZO DE DURAÇÃO E INICIO DAS ATIVIDADES**

A duração da Sociedade é por tempo indeterminado, iniciando suas atividades em 23/08/2011.

**CLÁUSULA III – OBJETO SOCIAL**

A Sociedade tem por objetivo o da construção de edifícios, preparação de massa de concreto e argamassa para construção, construção de rodovias e ferrovias, pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos, construção de obras de arte especiais, obras de urbanização – ruas, praças e calçadas, construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, construção de instalações esportivas e recreativas, outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente, demolição de edifícios e outras estruturas, preparação de canteiro e limpeza de terreno, perfurações e sondagens, obras de terraplanagem, serviços de preparação de terreno não especificados anteriormente, instalação e manutenção elétrica, instalações hidráulicas, sanitárias e de gás, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias, impermeabilização em obras de engenharia civil, serviços de pintura de edifício em geral, aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores, obras de fundações, administração de obras, serviços de arquitetura, serviços de engenharia, serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia e atividades paisagísticas.

**CLÁUSULA IV – CAPITAL SOCIAL**

O Capital Social, devidamente integralizado nesta data, em moeda corrente do país, é de R\$ 500.000,00(quinhetos mil reais) dividido em 500.000 (quinhetas mil) quotas do valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

FERNANDO RIENTE ABRANTES.....	5.000 QUOTAS..R\$	5.000,00
CARLOS HENRIQUE FADUL ABRANTES.....	5.000 QUOTAS..R\$	5.000,00
GABRIEL DE ALMEIDA COUTO.....	490.000 QUOTAS..R\$	490.000,00
<b>TOTAL.....</b>	<b>500.000 QUOTAS..R\$</b>	<b>500.000,00</b>

**CLÁUSULA V – RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS**

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas que todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social, conforme artigo 1.052 da Lei 10.406/2002. As quotas do capital desta sociedade não podem ser utilizadas pelos sócios para garantir obrigação destes ante a terceiros, sendo vedada a penhora das quotas desta sociedade para garantia de obrigações particulares dos sócios, até porque, nenhum estranho será recebido neste ambiente social sem a concordância de todos os sócios, esta vedação impede, inclusive, a inclusão de sócios pela arrematação das quotas em hasta pública, pela adjudicação judicial ou por decorrência de execuções ou qualquer processo judicial contra sócios ou a própria sociedade.

**Parágrafo Único:**

Segundo remissão determinada pelo artigo 1.054 da Lei 10.406/2002 ao artigo 997 da mesma legislação, fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

*(Handwritten signatures of the partners)*



## CLÁUSULA VI – CESSÃO DE QUOTAS DE SÓCIO

A cessão e transferência, total ou parcial, das quotas de qualquer sócio, dependerão, sempre, da concordância do outro, ao qual fica assegurado o direito de preferência para adquiri-las.

Quando desejar ceder ou transferir suas quotas, qualquer dos sócios deverá comunicar sua intenção ao outro sócio, pôr escrito, a fim de que este no prazo de 60(sessenta) dias, contado do recebimento da citada comunicação, possa manifestar-se a respeito do exercício aqui previsto.

## CLÁUSULA VII – ALTERAÇÃO DO CONTRATO

A Sociedade poderá a qualquer tempo se transformar em Sociedade de outros tipos jurídicos ou alterar os termos do presente contrato, ressalvado o direito do discordante.

## CLÁUSULA VIII – ADMINISTRAÇÃO

A administração da Sociedade será exercida pelo sócio **GABRIEL DE ALMEIDA COUTO**, da qual usará somente em negócios que dizem respeito aos interesses da Sociedade, que fica expressamente proibido de usá-la em negócios estranhos a sua finalidade, inclusive avais, endossos, fianças, abonos ou qualquer fim gratuito por sua natureza, ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização de outro sócio.

## CLAUSULA IX – RETIRADA PRÓ-LABORE

O sócio retirará mensalmente de acordo com a situação financeira da Sociedade até o máximo permitido pela legislação em vigor, a título de Pró-Labore.

## CLÁUSULA X – ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO SOCIAL

Os resultados financeiros da Sociedade serão apurados em Balanço regular procedido em 31 de dezembro de cada ano, sendo que o lucro será dividido proporcionalmente ao capital de cada sócio, seja incorporando ao Capital Social, seja distribuindo lucros ou absorvendo prejuízos.


## CLÁUSULA XI – MORTE OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO

Em caso de morte ou interdição de um dos sócios, ou ainda outro motivo que imponha a exclusão de qualquer deles, a Sociedade não será dissolvida, ficando os herdeiros, se maiores, ou representantes legais, sub-rogados em todos os direitos e obrigações do excluído.

No caso dos herdeiros ou representantes legais não desejarem permanecer na sociedade, o valor dos haveres e quotas do sócio excluído será pago em não mais de 10(dez) parcelas mensais e sucessivas.

### Parágrafo Primeiro:

O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.





**Parágrafo Segundo:**

Quando de eventual e futura exclusão de qualquer membro do quadro social, o sócio retirante fica livre e desembaraçado de quaisquer responsabilidades posteriores à data de averbação de sua saída

**CLÁUSULA XII – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE SÓCIO**

Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, á pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**CLAUSULA XIII – FORO JURÍDICO**

Os casos omissos no presente contrato serão regidos pela legislação em vigor, nomeando-se o Foro da Comarca de Barra Pirai - RJ, para dirimir as divergências surgidas.

E, por se acharem justos e acordados, mandaram lavrar este instrumento de alteração do contrato social, que assinam na presença de duas testemunhas.

☒ Reconhecimento de Firma  
☐ Autenticação no Verso

Barra do Pirai, 06 de Janeiro de 2022

☒ Reconhecimento de Firma  
☐ Autenticação no Verso

FERNANDO RIENTE ABRANTES

☒ Reconhecimento de Firma  
☐ Autenticação no Verso

GABRIEL DE ALMEIDA COUTO

☒ Reconhecimento de Firma  
☐ Autenticação no Verso

CARLOS HENRIQUE PADUAL ABRANTES

☒ Reconhecimento de Firma  
☐ Autenticação no Verso

EDUARDO SARQUIS ALEX

TESTEMUNHAS:

VALÉRIO GOMES DE ARAUJO  
CPF 254.090.937-04 – CI 1.291.818 – IPF

NANCI PEREIRA LOPES DE ARAUJO  
CPF:394.524.767-53 CI 86002838-IPF



3º Ofício de Barra do Piraí

Rua Paulo de Frontin, 107 - Centro - Barra do Piraí  
CEP: 27.120-120 - Tel: (24) 2443-1572 / 2443-1573

RECONHEÇO, COMO AUTÊNTICA A FIRMA DE:  
GABRIEL DE ALMEIDA COUTO  
CPF: 13103668730  
BARRA DO PIRAI, 07/01/2022 CUSTAS = R\$ 9,68 TABELA 07, ITEM 3.a  
EM TESTEMUNHO DA VERDADE.

EEAD 43732 POH Consulte em <https://www3.trf.jus.br/sitapublico>

Juliana de Souza Carvalho Fontes  
Substituto Cart. do 3º Ofício  
Matrícula 94/13741  
Barra do Piraí - RJ

08912045388149

Pedro Paulo Alves  
Titular  
BARRA DO PIRAI - RJ

3º Ofício de Barra do Piraí

Rua Paulo de Frontin, 107 - Centro - Barra do Piraí  
CEP: 27.120-120 - Tel: (24) 2443-1572 / 2443-1573

RECONHEÇO, COMO AUTÊNTICAS AS FIRMAS DE:  
CARLOS HENRIQUE FADUL ABRANTES  
CPF: 10043886715  
FERNANDO RIENTE ABRANTES  
CPF: 05460819714  
BARRA DO PIRAI, 07/01/2022 CUSTAS = R\$ 9,68 TABELA 07, ITEM 3.a  
EM TESTEMUNHO DA VERDADE.

EEAD 43728 PHC Consulte em <https://www3.trf.jus.br/sitapublico>  
EEAD 43729 AAA Consulte em <https://www3.trf.jus.br/sitapublico>

Juliana de Souza Carvalho Fontes  
Substituto Cart. do 3º Ofício  
Matrícula 94/13741  
Barra do Piraí - RJ

08912045388149

Pedro Paulo Alves  
Titular  
BARRA DO PIRAI - RJ

3º Ofício de Barra do Piraí

Rua Paulo de Frontin, 107 - Centro - Barra do Piraí  
CEP: 27.120-120 - Tel: (24) 2443-1572 / 2443-1573

RECONHEÇO, POR SEMELHANÇA A FIRMA DE:  
EDUARDO SARQUIS ALEX  
CPF: 44888829734  
BARRA DO PIRAI, 07/01/2022 CUSTAS = R\$ 9,40 TABELA 07, ITEM 3.b  
EM TESTEMUNHO DA VERDADE.

EEAD 43731 WXX Consulte em <https://www3.trf.jus.br/sitapublico>

Juliana de Souza Carvalho Fontes  
Substituto Cart. do 3º Ofício  
Matrícula 94/13741  
Barra do Piraí - RJ

08912045388149

Pedro Paulo Alves  
Titular  
BARRA DO PIRAI - RJ

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: LABEL CONSTRUTORA E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME

Nome Novo: LABEL CONSTRUTORA LTDA

NIRE: 332.0905460-1 Protocolo: 03-2022/085634-6 Data do protocolo: 18/01/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/01/2022 SOB O NÚMERO 00004740821 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 13672E20C010DAED7F010EEF9A302A750D1ACBB05202B081E5B9B878ED5977B0

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
GABRIEL DE ALMEIDA COUTO

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF  
246948632 DIC RJ

CPF  
131.035.567-30

DATA NASCIMENTO  
08/12/1989

FILIAÇÃO  
JOSE MILTON ALMEIDA COUTO  
WANDERLISA DE ALMEIDA COUTO

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
AB

Nº REGISTRO  
04371395723

VALIDADE  
11/07/2023

1ª HABILITAÇÃO  
30/05/2008

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
RIO DE JANEIRO, RJ

DATA EMISSÃO  
13/07/2018

ASSINADO DIGITALMENTE  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

85145663493  
RJ616416148

RIO DE JANEIRO

DENATRAN CONTRAN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1721003397

## QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

**SERPRO / DENATRAN**

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 4 de abril de 2022 17:43:22 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevedo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

**CARTÓRIO**

Autenticação Digital Código: 206290404225362973278-1  
Data: 04/04/2022 17:25:37  
Valor Total do Ato: R\$ 5,02  
Selo Digital Tipo Normal C: AMU91097-PDAU;



CNJ: 06.870-0

**Cartório Azevedo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevedo de M. Cavalcanti  
Titular

**TJPB**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



## DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa Label Construtora Ltda tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa Label Construtora Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a Label Construtora Ltda assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital<sup>1</sup> ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **05/04/2022 23:28:16 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa Label Construtora Ltda ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br) Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

<sup>1</sup>**Código de Autenticação Digital:** 206290404225362973278-1

<sup>2</sup>**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

### CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b19c6e91ddbceab4545df7e5f2f7e46c6c8c54842c89f5edd6d04cfa0b9417c7c709b15bef93f47c3a4f9a549de24291743b4bb96c3cb145280f157ace0740dc3



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória Nº 2.200-2,  
de 24 de agosto de 2001.

